



CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR
Subsecretaria de Investimentos Estrangeiros
Ministério da Economia

7ª Reunião do Comitê Nacional de Investimentos – Coninv

23 de junho de 2021, 15h

Videoconferência (Teams)- Processo SEI nº 19971.100540/2021-76

ATA

Ata da 7ª Reunião do Comitê Nacional de Investimentos (Coninv), realizada no dia 23 de junho de 2021, sob a presidência da Secretária Executiva Adjunta da CAMEX do Ministério da Economia, Ana Paula Repezza, e com a direção do Subsecretário de Investimentos Estrangeiros da SE-CAMEX, Marcio Lima. A Reunião contou com a presença dos seguintes Membros: Diretor do Departamento de Promoção de Serviço e Indústria, Embaixador Luiz Cesar Gasser, do Ministério das Relações Exteriores (MRE); Diretor do Departamento de Promoção Comercial e Investimentos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Jean Marcel Fernandes; Assessor da Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimento (SPPI) do Ministério da Economia, Thiago Costa Monteiro Caldeira; Secretário Executivo Adjunto do Ministério da Infraestrutura (MINFRA), Felipe Fernandes Queiroz; Secretária Executiva Adjunta da Casa Civil da Presidência da República, Juliana Ribeiro Silveira; Auditora Fiscal da Secretaria Especial da RFB do Ministério da Economia (ME), Cláudia Lúcia Pimentel Martins; e a Coordenadora do Departamento de Financiamento e Economia de Defesa do Ministério da Defesa (MD), Sarah Mendonça; Como convidada, da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex Brasil), participou a Coordenadora de Investimentos, Maria Luisa Cravo Wittenberg, representando o Diretor-Presidente da Agência.

Também participaram da Reunião o Secretário Especial de Relacionamento Externo, General Mário Fernandes, a Secretária Especial Adjunta, Paula Roberta Baratella e a Assessora, Sheila Ribeiro, da Casa Civil da Presidência da República (CC/PR), a Auditora Fiscal da RFB/ME, Andrea Costa Chaves; as Assessoras da Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimento (SPPI) Clarissa Alves Machado e Maria Stella Migliorancia; o Diretor do Depto. de Fomento do Ministério da Infraestrutura (Minfra), Roberto Rodrigues Loiola; o Coordenador Geral de Instrumentos de Fomento- Alexandre Carneiro; Rafael Magalhães Furtado e Ana Carolina Bonfim – Assessora; e o Coordenador Geral de Parceiros Estratégicos Substituto da SE/CAMEX/ME, Ricardo Figueiredo de Oliveira. A lista de todos os participantes do evento segue anexa a esta Ata.

I. Abertura e boas-vindas – Secretária-Executiva Adjunta da CAMEX

A Senhora Secretária-Executiva Adjunta da CAMEX, Ana Repezza, ao iniciar o evento, informou aos presentes que a pauta da 7ª Reunião do Coninv contempla: a aprovação da Ata

da 6ª Reunião do Coninv, realizada em 11 de dezembro de 2020; a deliberação acerca da alteração do anexo único da resolução Coninv nº 03/2020 que trata da agenda regulatória para a melhoria do ambiente de investimentos; as novas ações de investimentos no âmbito do Coninv e, por último, a apresentação de três relatos elaborados respectivamente pela SPPI, Casa Civil/MRE e APEX.

O Subsecretário de Investimentos Estrangeiros da CAMEX, Márcio Lima, afirmou que as deliberações da 7ª Reunião seriam realizadas de forma telemática, por meio do Sistema SEI (processo 19971.100540/2021-76). Dessa forma, todo debate e os esclarecimentos sobre determinado assunto seriam feitos durante a reunião, mas as votações para a deliberação dos temas seriam realizadas após a reunião. Neste caso, a votação de cada membro do Comitê seria feita via SEI com início às 09 horas do dia 24/06/2021 e encerramento às 18 horas do dia 25/06/2021. Na eventualidade de algum membro não ter acesso ao SEI, o encaminhamento dos votos referentes às deliberações poderia ser realizado via e-mail, conforme minuta disponibilizada pela Secretaria Executiva do Coninv. Ainda, informou aos representantes que a presente Reunião seria gravada com o propósito de garantir a integridade de sua Ata.

II. Aprovação da Ata da 6ª Reunião do CONINV

O Subsecretário anunciou que o primeiro ponto a ser tratado seria a aprovação da Ata da 6ª Reunião do Coninv, realizada em 11 de dezembro de 2020. Assim, indagou os representantes presentes acerca de sugestões ou alterações ao documento, e acrescentou que, na ausência de sugestões de alteração ou discordância com os seus termos, a Ata restaria aprovada.

III. Deliberação

3.1 Voto: Alteração do Anexo único da Resolução CONINV Nº 03 /2020 que trata da Agenda Regulatória para a melhoria do ambiente de investimentos proposta pelo INMETRO e ANTT.

Trata-se dos ajustes ao anexo da Resolução CONINV Nº 03 /2020 que trata da Agenda Regulatória para a melhoria do ambiente de investimentos.

A Resolução Coninv em referência tornou pública a Agenda Regulatória para a Melhoria do Ambiente de Investimentos para o biênio 2021-2022, conforme os eixos temáticos descritos no Anexo Único desta Resolução. Cabe lembrar que o processo de construção da Agenda Regulatória para Melhoria do Ambiente de Investimentos para o biênio 2020-2022 teve origem com a publicação da Resolução CAMEX nº 45/2020, a qual foi deliberada na reunião do Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior realizada em 15 de maio de 2020. A Agenda Regulatória para Melhoria do Ambiente de Investimentos constitui uma iniciativa do Comitê Nacional de Investimentos – Coninv, e está inserida nas ações do Plano Nacional de Investimentos para o biênio 2020-2022, e tem como foco a coordenação da política de atração de investimentos e a melhoria do ambiente de negócios no país, e se apresenta como uma das iniciativas do governo federal na reconstrução da economia no pós-covid-19.

Durante o ano de 2020, a iniciativa evoluiu com a realização de Consulta Interna aos órgãos reguladores integrantes da rede de pontos focais do Ombudsman de Investimentos Diretos

(OID), com a finalidade de levantar quais seriam as prioridades regulatórias que impactariam os investimentos no próximo biênio de governo. Em seguida, iniciou-se um processo de Consulta Pública para obter as opiniões da sociedade sobre práticas regulatórias existentes e ações propostas.

Atualmente, a Agenda Regulatória está em fase de execução, sendo monitorada pelo Comitê, por meio de sua Secretaria-Executiva. Por ocasião das reuniões de monitoramento junto aos órgãos e entidades de governo participantes, foram solicitados pelo INMETRO e pela ANTT alguns ajustes de forma relacionados ao Anexo Único da Resolução Coninv nº 3, de 22 de dezembro de 2020.

IV. Novas ações no âmbito do Comitê Nacional de Investimentos – CONINV

4.1 Criação de estrutura de Governança entre os membros do CONINV no Relacionamento com o Investidor: Trata-se do estabelecimento de Rede de Relacionamento com o Investidor (Reri), entre os membros do CONINV tendo em vista inclusive a atuação mais harmonizada dos membros em sua interação com o público externo.

O Comitê Nacional de Investimentos - Coninv constitui órgão colegiado interministerial, de caráter consultivo e deliberativo que possui, entre outras atribuições, elaborar propostas de políticas públicas, diretrizes e ações afetas aos investimentos estrangeiros diretos no País e aos investimentos brasileiros diretos no exterior, acompanhar a implementação, pelos órgãos competentes, das decisões sobre investimentos tomadas pela Câmara de Comércio Exterior - Camex, e elaborar propostas para a harmonização da atuação dos órgãos que possuam competências na área de investimentos diretos.

Considerando o pilar da transparência e da governança presente no Plano Nacional de Investimentos - PNI, aprovado por meio da Resolução Coninv nº1/2020, e diante da necessidade de se estabelecer um padrão de atendimento e de troca de informações entre os membros do colegiado no relacionamento com investidores estrangeiros, esta SE-CAMEX iniciou a discussão entre os membros para melhorar a circulação de informação, aperfeiçoar/otimizar o atendimento ao investidor estrangeiro e ter uma melhor coordenação na estratégia de comunicação do governo com estes investidores.

O objetivo dessa iniciativa não é a criação de novo colegiado, mas apenas estabelecer um procedimento de atendimento mais coordenado e harmonizado, visto que a política pública relacionada a investimentos está amplamente distribuída e dispersa entre diversos órgãos e entidades de governo. É importante que nas inúmeras interações dos membros com investidores estrangeiros relevantes, tenha-se claro os interesses do governo como um todo. Para isso, será criada uma rede de relacionamento com o investidor (Reri) no âmbito do Grupo Técnico do Coninv (GT Coninv), para a coordenação dos temas inerentes ao relacionamento com o investidor estrangeiro.

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED].

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

Para o bom funcionamento desta governança serão iniciadas discussões no âmbito do GT Coninv para o estabelecimento de critérios para a seleção de investidores relevantes, e para o conteúdo das informações básicas a serem divulgadas, após o atendimento aos investidores estrangeiros [REDACTED]

[REDACTED] No que diz respeito ao compartilhamento de informação entre os órgãos, é necessário esclarecer que as informações serão de uso restrito e utilizadas única e exclusivamente para o aperfeiçoamento da coordenação entre os membros do Coninv no relacionamento com o investidor estrangeiro.

Por fim, e já ressaltado anteriormente, o material constituído pela Rede no âmbito do GT Coninv servirá ao propósito de mapear informações estratégicas que auxiliarão tanto no desenho da política pública, quanto no melhor atendimento aos investidores estrangeiros.

4.2 Encaminhamentos sobre Questionário G20/OCDE sobre atração de Investimentos em Infraestrutura: Trata-se de questionário circulado no âmbito da Rede de Pontos focais elaborado pelo MINFRA e baseado no Questionário do G20/OCDE referente a possíveis entraves à atração de investimentos no setor de infraestrutura. O intuito é utilizar os resultado alcançado como subsídio para próximas ações no Coninv, de modo a superar entraves indicados e promover níveis superiores de investimento em infraestrutura de qualidade.

O representante do MINFRA, Alexandre Carneiro, explicou que O Infrastructure Working Group (IWG) do G20/OCDE realizou um levantamento junto aos principais investidores institucionais e *asset managers* do mundo sobre boas práticas e propostas para atração de investimentos para o setor de infraestrutura. Com base nesse relatório, O Ministério da Infraestrutura desenvolveu um questionário sobre os principais pontos levantados pelos investidores. O questionário foi circulado na rede de pontos focais do Coninv com o objetivo de traçar um panorama sobre como o Brasil tem atuado nessas questões. O questionário foi respondido por 12 órgãos federais e foi possível realizar uma análise prévia de potenciais pontos de melhoria para a atração de investimentos para infraestrutura. A participação neste questionário serve de subsídios para desenvolver futuras ações no Coninv, com o intuito de superar os entraves de investimento em infraestrutura e promover níveis superiores de investimento em infraestrutura de qualidade.

Alguns tópicos foram bem respondidos, enquanto outros receberam poucas respostas, resultando em respostas consonantes e outras divergentes. Não obstante, a partir das respostas recebidas de 12 órgãos, foi possível realizar um primeiro filtro de tópicos para potencial utilização por este Comitê. Assim, baseado nas respostas obtidas de cada órgão envolvido no

questionário, será possível formar um posicionamento padrão quanto às matérias tratadas e isso poderá ajudar na agenda de atuação do governo na atração de investimentos e na relação com o investidor estrangeiro no setor de infraestrutura.

A partir desse estudo, o Minfra preparou algumas propostas de encaminhamento:

1. Consolidação das respostas pelos órgãos de governo
 - Divergências em algumas respostas;
 - Necessidade de alinhamento do Governo quanto aos assuntos tratados;
 - Identificação de outros órgãos que poderiam agregar informações ao questionário;
2. Desenvolvimento de uma agenda para endereçar as propostas:
 - Identificar pontos de melhoria e colocar as propostas em um plano de ação sob o monitoramento do Coninv;
 - Sugestão de criação de uma janela única para os investidores;

O Secretário Executivo Adjunto do Minfra, Felipe Queiroz, destacou a oportunidade de o Ministério da Infraestrutura apresentar um questionário com uma perspectiva internacional de atração de investimentos estrangeiros em infraestrutura, criando uma sinergia no governo para a circulação desse documento, como instrumento de interação entre os órgãos federais no sentido de melhorar as informações sobre investimentos e permitir o estabelecimento de uma janela única para os investidores.

O Representante do MRE, embaixador Luiz Gasser, lembrou que o MRE está negociando na OMC um acordo multilateral para a facilitação de investimentos, pois essa questão é uma prioridade para o governo. A janela única para tratar de assuntos de investimento pode apresentar vários graus de dificuldades na sua execução, mas é uma perspectiva que pode trazer vantagens principalmente no âmbito da informação e da transparência dos negócios de investimento.

A representante da APEX, Maria Luiza Wittenberg, informou que a APEX tem um portal desenvolvido em conjunto com o SERPRO voltado para o investidor estrangeiro que está em processo de revisão. Esse portal poderia ser útil no processo de viabilizar o acesso do investidor estrangeiro às informações gerais sobre como fazer negócios no Brasil, como abrir aqui uma empresa e a respeito de oportunidades de negócios no país.

4.3 Monitoramento da Agenda Regulatória para a melhoria do ambiente de investimentos: Trata-se do acompanhamento dos desdobramentos da Agenda Regulatória para melhoria do ambiente de investimentos junto aos órgãos participantes do projeto.

A Agenda Regulatória para a Melhoria do Ambiente de Investimentos tem origem na publicação da Resolução nº45/2020 do Comitê-Executivo de Gestão – Gecex e é uma das ações que compõem o Plano Nacional de Investimentos – Coninv para o biênio 2021- 2022, aprovado durante a 5ª Reunião do Comitê Nacional de Investimentos, realizada em 29.07.2020. Fruto do trabalho conjunto realizado pela Subsecretaria de Investimentos Estrangeiros – Sinve/SE-Camex e pelos órgãos da Rede de Pontos Focais (RPF do OID) no âmbito do Grupo Técnico do Coninv, a Agenda Regulatória lista as normas estratégicas

prioritárias para a melhoria do ambiente de investimentos no país, com base nas melhores práticas regulatórias.

O processo de elaboração da Agenda foi orientado pelos padrões estabelecidos nas Recomendações do Conselho sobre Política Regulatória e Governança da OCDE e na Declaração de Direitos de Liberdade Econômica (Lei nº 13.874/2019). Após consulta aos diversos órgãos do governo federal, foram definidos os 13 temas que compõem a Agenda, sendo eles: aduaneiro; metrologia; aéreo; defesa; energia; financiamento, seguros e mercado de capitais; mineração; petróleo e gás; previdenciário; saúde e vigilância sanitária; tecnologia e comunicações; transportes; e tributação. Conjuntamente, esses temas abrangem cerca de 150 atos normativos do governo federal.

Conforme definido pela Resolução Coninv nº3/2020, relatórios de monitoramento da implementação da Agenda Regulatória para Melhoria do Ambiente de Investimentos com resultados parciais devem ser elaborados pela Secretaria-Executiva do Comitê e apresentadas ao Coninv semestralmente. Para a realização dessa etapa, a Sinve-SE/Camex coletou informações junto aos órgãos reguladores competentes e chegou aos resultados apresentados a seguir: A distribuição das ações pelos 13 temas listados acontece com uma maior concentração nos Tema 12 – Transportes e Tema 6 – Financiamento, seguros e mercado de capitais, que possuem 40 e 24 ações, correspondendo a 27% e 16%, respectivamente, do total das ações. Com relação aos temas com um menor número de ações, encontram-se os Temas 7 – Mineração, 2 – Metrologia e 13 – Tributação. O primeiro tem apenas uma ação, enquanto os dois seguintes possuem 3 ações cada.

Com relação ao status da implementação das ações, tem-se 79% das ações em execução e 16% já executadas. Apenas 2% ainda não foram iniciadas e não recebemos retorno dos órgãos sobre a situação da implementação de 3% das ações.

Entre as ações executadas, os temas com os maiores percentuais de execução são Tema 2 – Metrologia (66,6%), Tema 6 – Financiamento, seguros e mercado de capitais (37,5%) e Tema 5 – Energia (14,3%). Considerando que o prazo para a implementação é 31 de dezembro de 2022, o resultado parcial foi considerado satisfatório.

A Secretária-Executiva Adjunta da CAMEX, salientou que foi feito um levantamento junto aos membros do Conselho Consultivo do Setor Privado (CONEX) sobre quais seriam as prioridades para a melhoria da política comercial brasileira nos próximos dois anos. Como resultado da pesquisa, foi apontado como prioridade a questão da melhoria regulatória. É importante ressaltar que o Coninv já está trabalhando nesse tema, atendendo prontamente essa demanda do Conex, cujos membros também vão receber o relatório da Agenda Regulatória e os desdobramentos do questionário apresentado pelo Minfra.

V. Relatos

5.1 Projetos de Investimentos em Infraestrutura outorgados em 2021

O representante da Secretaria Especial do Programa de Parcerias e Investimentos (SPPI), Thiago Caldeira, apresentou o Programa de Parcerias de Investimentos do Governo Federal previsto para 2021. Foi informado que no ano passado houve a sanção presidencial ao projeto de Lei: nº 14.026/2020 sobre a Reforma do Marco Legal de Saneamento, medida que ampliará

o acesso ao tratamento de água e esgoto para todos os cidadãos brasileiros. A Expectativa do governo é alcançar a universalização até 2023, garantindo que 99 da população brasileira tenha acesso à água potável e 90% ao tratamento e à coleta de esgoto. Com o novo marco, a iniciativa privada participará na prestação de serviços de saneamento.

O Projeto de Lei nº 14.134/2021, que versa sobre a nova lei do gás natural, também foi sancionado pelo Presidente da República e estabelece um novo marco legal do setor no Brasil.

A nova lei tem como objetivo aumentar a concorrência no mercado de gás natural, atraindo novos investidores, trazendo mais competitividade ao setor e conseqüentemente reduzindo os custos de produção e o preço final ao consumidor. Isso pode gerar desenvolvimento, emprego e crescimento para o país.

Dentre os projetos mais importantes do PPI, destacam-se a MP 1031/2021 que viabiliza a desestatização da Eletrobrás, estatal vinculada ao Ministério das Minas e Energia que reponde por 30% da energia gerada no país. Com emendas dos senadores, essa Medida Provisória foi aprovada no último dia 21 de junho na Câmara dos Deputados.

Outros PLs em tramitação no Congresso, estão a MP 4199/2020 sobre o Programa de Estímulo ao Transporte de Cabotagem; PL 414/2021 sobre a Modernização do Setor Elétrico; PL 5387/2019 que dispõe sobre o mercado de câmbio no Brasil, o capital brasileiro no exterior e a prestação de informações ao Banco Central do Brasil; PL 3729/2004 que dispõe sobre o Licenciamento Ambiental; PL 2646/2020 sobre Debêntures de Infraestrutura; PL 591/2021 que delibera sobre a organização e a manutenção dos Correios; PL 3178/2019 que dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo e gás natural sob regime de partilha de produção em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas; e o PL 261/2018 que disciplina o trânsito e o transporte ferroviário.

O impacto da pandemia de Covid-19 nos projetos, ocasionaram a revisão dos ciclos de investimentos estimados e dos estudos de demanda nos setores afetados no âmbito das concessões em estruturação.

Quanto às concessões vigentes, houve uma paralisação dos financiamentos, diferimento de tributos, adoção de medidas legais e regulatórias para evitar inadimplências de usuários e postergação de investimentos e reequilíbrios contratuais em caso fortuito e de força maior.

Em 2019/2020 houve 65 leilões e projetos que atingiram uma expectativa de investimentos de R\$ 488,6 bilhões e outorgas/bônus da ordem de R\$ 98,1 bilhões.

Em 2021 a SPPI realizou 34 leilões com expectativa de R\$ 48,3 bilhões. Dentre esses leilões, destaca-se a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL), com investimentos de R\$ 5,41 bilhões; o terminal pesqueiro de Cabedelo na Paraíba com investimentos de R\$ 192 milhões; O leilão da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE), no dia 30 de abril de 2021 na Bolsa de Valores de São Paulo, arrecadou R\$ 22,6 bilhões, com a venda de três blocos ofertados. Esse valor superou a expectativa de arrecadação inicial, que era de R\$ 10,6 bilhões, em 114%; A 6ª Rodada de Concessões Aeroportuárias trata da concessão para ampliação, manutenção e exploração de 22 aeroportos distribuídos em três blocos, envolvendo investimentos de R\$ 3,3 bilhões.

Os leilões e projetos do PPI previstos para 2021 englobam 76 ativos com R\$ 322, 4 bilhões de investimentos esperados e R\$ 224 bilhões em leilões já agendados. Esses leilões envolvem

os setores de Energia Elétrica, Terminais Portuários, Rodovias, Ferrovias, Defesa e Segurança, Óleo e Gás, Parques e Florestas, Direitos Minerários, Terminais Pesqueiros, Desestatização, Mobilidade Urbana, Desenvolvimento Regional, Telecomunicações, além de 15 leilões subnacionais.

Estão previstos 116 leilões para o ano de 2022 envolvendo vários setores da economia. Entre os projetos estão as licitações de 26 aeroportos, 14 portos, 9 rodovias, 4 ferrovias e 9 desestatizações de empresas públicas. De acordo com o Minfra, os projetos podem render R\$ 6,4 bilhões em investimentos até o fim de 2022.

5.2 Processo de acesso do Brasil à OCDE

O Secretário Especial de Relacionamento Externo da Casa Civil, General Mario Fernandes, explicou que em julho de 2019, foi promulgado o decreto nº 9.920, que instituiu o Conselho para a Preparação e o Acompanhamento do Processo de Adesão do Brasil à OCDE. O Conselho Brasil-OCDE é composto pelo Chefe da Casa Civil da Presidência da República, que o coordenará e pelos Ministros do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Economia, da Secretaria-Geral e da Secretaria de Governo da Presidência da República. Dentre as competências desse Conselho estão: preparar e submeter à apreciação do Conselho Brasil-OCDE a estratégia de governo relativa à preparação e ao acompanhamento do processo de acesso da República Federativa do Brasil à OCDE e recomendar aos órgãos e às entidades setoriais a adoção de medidas destinadas ao alinhamento da ação governamental para a preparação e o acompanhamento do processo de acesso da República Federativa do Brasil à OCDE.

O Brasil é o parceiro-chave mais engajado às políticas públicas da OCDE. O processo para o ingresso do Brasil na organização contribui para a retomada consistente e sustentável do desenvolvimento socioeconômico no período pós pandemia.

A aquiescência do Brasil em um instrumento da OCDE significa o alinhamento do país com as melhores práticas internacionais em vários temas, articulando setores envolvidos ou políticas públicas com práticas notoriamente efetivas e em linha com os objetivos da OCDE.

A OCDE tem desenvolvido diretrizes e padrões de políticas públicas, totalizando atualmente 245 instrumentos legais que constituem o chamado *Acquis* (acervo) de normas (O Brasil já aderiu a 93 dessas normas). Esses instrumentos são elaborados nos comitês técnicos e aprovados pelo Conselho de Ministros da seguinte forma:

Decisões: atos juridicamente vinculantes, ou seja, atos que todos os países membros são obrigados a implementar (foram 24 no total);

Recomendações: atos que apesar de não serem juridicamente vinculantes, representam a vontade política dos países membros, e como tal, impõem forte incentivo para a sua implementação (169 no total);

Declarações: atos que estabelecem compromissos políticos, mas não possuem caráter vinculante (são 28);

Entendimentos: atos que não são da OCDE, porém foram negociados e adotados pela Organização (são 14)

Acordos Internacionais: são tratados internacionais construídos no âmbito da Organização. São juridicamente vinculantes para os países membros (são 10 no total).

Com relação aos **Peer Reviews (Revisão por Pares)**, trata-se de instrumentos de avaliação técnica realizados na OCDE, em que determinada política é analisada pelos outros países, favorecendo o intercâmbio de experiências e aproximação com padrões e princípios estabelecidos pela Organização.

O planejamento do processo até o final de 2022 prevê os seguintes resultados:

- Posicionamento do Brasil sobre todos os instrumentos OCDE – Expectativa de início e encerramento da acessão;
- Habilitação do Brasil a todos os comitês da OCDE;
- Execução setorial dos planos de adesão e implementação, internalização de instrumentos, decisões e tratados da OCDE;
- Engajamento efetivo de importantes atores nacionais, como os entes federativos na campanha de convergência do país à OCDE;
- Aumento da liderança do Brasil em fóruns da OCDE;
- Participação efetiva nos estudos estratégicos implementados pela Organização;
- Melhoria significativa dos indicadores-chave nacionais.

O Brasil tem demonstrado nas últimas três décadas seu compromisso com as melhores políticas, tendo aderido a mais de um terço dos padrões da OCDE com o intuito de fazer avançar a agenda de reformas. No relatório da OCDE de 2020, contido na publicação “A Caminho do Crescimento”, a Organização destaca os principais desafios de crescimento nas reformas das políticas estruturais com base em um amplo conjunto de indicadores econômicos comparáveis internacionalmente. O relatório recomenda ao Brasil:

- Aumentar a eficácia dos benefícios sociais para combater as desigualdades de renda;
- Melhorar os resultados e a equidade na educação a fim de acelerar a produtividade;
- Reduzir as barreiras ao comércio que prejudicam a competitividade;
- Reduzir as distorções no sistema tributário, contribuindo para os ganhos da economia como um todo;
- Aumentar o investimento público e privado em infraestrutura, melhorando a competitividade e levando a um maior crescimento das exportações;
- Promover o crescimento verde e o desenvolvimento sustentável, alcançando metas de clima e produção responsável.

Os benefícios da adesão do Brasil à OCDE podem ser transformados em uma maior atratividade de investimentos, acordos comerciais vantajosos, maior segurança jurídica, adoção de políticas públicas mais efetivas, melhoria do ambiente de negócios e crescimento sustentável.

O Brasil tem como prioridades a adesão a instrumentos jurídicos como o Código de Liberalização de Movimentos de Capitais e o Código de Liberalização de Operações Correntes Intangíveis. Tal adesão reduzirá restrições como a obrigatoriedade de pagamento de royalties por parte das empresas não residentes e a impossibilidade de atuação dessas empresas através de suas filiais, a não ser que amparadas por decreto presidencial.

O representante do MRE, embaixador Luiz Gasser, destacou que a adesão à OCDE é uma das prioridades de política externa do MRE, representando um alinhamento às melhores práticas internacionais e aumentando a influência do Brasil nas negociações econômicas internacionais junto ao G20, OMC, FMI, OIT e outros organismos. Outras vantagens decorrente dessa adesão, seria o aumento dos investimentos externos diretos e o estabelecimento de um maior padrão de governança, equivalendo à obtenção de um selo de qualidade que poderia estimular investimentos e a consolidar reformas econômicas.

O Brasil designou um delegado permanente do MRE em Paris que é responsável pelas relações diplomáticas com a OCDE. Além disso, o Itamaraty tem atuado no Conselho Brasil-OCDE com o objetivo de contribuir para a promoção das relações entre o Brasil e esse organismo internacional composto por 37 países, enfatizando a importância do alinhamento do Brasil aos padrões da OCDE de regulação, investimentos e governança pública.

A adesão do Brasil à OCDE esbarra em impasses diplomáticos. O MRE espera que o endosso formal dos Estados Unidos ao início do processo de adesão do Brasil à OCDE destrave o impasse sobre o ritmo de expansão da entidade. Os americanos entregaram uma carta à Organização, oficializando que desejam que o Brasil seja o próximo país a iniciar o processo de adesão. Do lado europeu, não existe rejeição à ideia da entrada do Brasil, nem dos demais países sul-americanos. Mas para aceitá-los, a União Europeia insiste em ter uma paridade com mais três países europeus no grupo: Croácia, Romênia e Bulgária. A candidatura do Brasil encontra-se em meio a uma disputa entre americanos que são contra uma expansão acelerada da OCDE e preferem um “ritmo moderado”, e europeus, que querem discutir todas as candidaturas.

Enquanto a OCDE busca a definição de novos critérios para a aceitação de candidaturas, a Organização elegeu em junho deste ano o seu novo Secretário-Geral, o australiano Mathias Cormann, quando a comunidade internacional se defronta com os desafios da pandemia de Covid-19 e ao mesmo tempo em que busca lançar as bases para uma retomada econômica.

A expectativa é que no próximo mês de outubro, durante a reunião ministerial da OCDE, possa haver uma nova rodada de negociação em torno da possível ampliação do número de membros dessa organização. Nesse sentido, o MRE tem reforçado a importância de que os debates sobre essa ampliação sejam pautados tanto no Conselho da OCDE, como na próxima Reunião Ministerial desse órgão.

Quanto às diretrizes da OCDE para políticas de investimento, a Organização estabelece como objetivos o desenvolvimento de políticas que promovam o crescimento econômico sustentável, empregos e elevados padrões de vida nos membros, com a manutenção de estabilidade financeira e contribuição ao desenvolvimento da economia mundial; a expansão econômica dos membros e não membros em processo de desenvolvimento econômico; e a expansão do comércio mundial em bases multilaterais e não discriminatórias, conforme regras internacionais.

O Subsecretário informou que no âmbito do BIF 2021, foi evidenciada a iniciativa da CAMEX relativa à elaboração do Plano de Ação em Conduta Empresarial Responsável, que foi aprovado o mandato pelo Coninv por meio da Resolução nº 2/2020. O cumprimento das obrigações com as diretrizes e políticas de CER é um dos itens a serem avaliados no processo de adesão do Brasil à OCDE.

5.3 Pesquisa com Investidores e Resultados do Brasil Investment Forum - BIF 2021

A representante da APEX, Maria Luiza Wittenberg, relatou que a APEX realizou uma pesquisa com investidores internacionais em 2020. O questionário, composto por 4 partes (dados para a identificação do investidor; informações sobre IED em perspectiva mundial; informações sobre IED em perspectiva Brasil; avaliação de formas de apoio aos investidores estrangeiros) foi direcionado para o seguinte público-alvo:

- Empresas internacionais com ou sem operações no Brasil, inclusive aquelas que já estiveram no país e desinvestiram;
- Investidores institucionais e fundos que realizam investimentos em participação;

- Segmentos econômicos abrangendo a produção de bens, prestação de serviços e o desenvolvimento tecnológico.

A pesquisa obteve 83 respostas completas e utilizou a metodologia 5W2H, que é um checklist administrativo de atividades, prazos e responsabilidades desenvolvidas com eficiência por todos os envolvidos no projeto. Tem como função definir o que será feito, porque, onde, quem, quando será feito e como e quanto custará.

Foi questionado quais os setores prioritários para o investimento, qual a motivação para investir, qual o período de análise, qual o valor estimado de investimento, qual a perspectiva atual com relação a investimentos, qual o perfil do investidor e qual a forma de investimento adotado.

Quanto à perspectiva global de investimento, mais de 57% dos investidores responderam que o fluxo de investimentos até 2022 aumentará ou aumentará significativamente. Mais de 20% dos respondentes acreditam que os investimentos serão acrescidos de mais de US\$ 100 milhões. Com relação aos principais destinos de investimentos, foram indicados 62 países. O Brasil apareceu em 1º lugar, sendo selecionado por 49 respondentes, o que equivale a 59%.

No que tange à perspectiva de investimento no Brasil, 44,9% dos respondentes já possuem capital alocado no país e estão buscando novas oportunidades. Nenhum dos investidores participantes da pesquisa declarou pretender fazer desinvestimento.

Quanto à forma de realização dos investimentos, a pesquisa demonstrou sinergia entre a forma adotada para a realização de investimentos internacionais e no Brasil nos próximos 3 anos. Fusões, aquisições e joint venture serão as formas mais adotadas para novos investimentos. Há uma sinalização de uma queda do investimento greenfield no mundo todo.

Quando analisamos quais os principais setores de interesse para a realização de investimentos no Brasil, as áreas mais indicadas foram petróleo, gás e energias renováveis, seguido pelos setores de saúde e agronegócio.

No que se refere ao desinvestimento, das 34 empresas que não indicaram o Brasil como o principal destino de investimentos para os próximos 3 anos, 70,6% já havia investido no país.

Quando questionados acerca da motivação para o desinvestimento, os respondentes apontaram a ineficiência, a falta de transparência dos processos regulatórios e a insegurança jurídica como principais entraves.

A APEX continua na sua missão de prestar serviços de facilitação de investimentos aos investidores estrangeiros que sinalizaram necessidade de apoio.

A propósito do Brazil Investment Forum 2021, apesar das dificuldades representadas pela crise da pandemia de Covid-19, foram realizadas 6.351 inscrições (111,7% acima da meta prevista), participação de 8 Ministros de Estado, 70 palestrantes, 8 painéis principais e 4 sessões paralelas (organizadas pelo BID, Casa Civil, Itaipu e BRF).

Antes do evento, foi feito o treinamento dos Estados da federação com a apresentação de projetos de 24 estados e uma sessão para apresentação da carteira de projetos da SPPI.

26 Estados e mais o DF participaram dos estandes virtuais, prestando atendimento com informações aos investidores.

A estimativa dos resultados do BIF 2021 apresenta o seguinte quadro:

- 60 projetos de investimento lançados durante o evento;
- O valor estimado da carteira de projetos apresentados foi de US\$ 72,5 bilhões;
- A expectativa de investimentos a serem anunciados em 2021/2022 é de US\$ 50 bilhões;
- A estimativa de números de empregos a serem gerados no Brasil no biênio 2021/2022 é de 22 mil.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

O Subsecretario de Investimentos Estrangeiros, Márcio Lima, afirmou que seria circulado entre os membros do Coninv o modelo de voto para as duas deliberações apresentadas referentes à Ata da 6ª Reunião do Coninv e sobre a alteração do Anexo da Resolução Coninv nº 03/2020, colocando-se a disposição para esclarecer qualquer dúvida a respeito. Foi lembrado ainda que a votação via SEI estaria aberta a partir das 9 horas do dia 24/06/2021 até às 18 horas do dia 25/06/2021. O Subsecretário agradeceu a presença dos participantes na reunião e encerrou a sessão.

ANA PAULA REPEZZA

Secretaria-Executiva da CAMEX

MARCIO LIMA

Subsecretaria de Investimentos da SE-CAMEX

CLÁUDIA LÚCIA PIMENTEL

Subsecretaria Geral da Receita Federal do Brasil

EMBAIXADOR LUIZ CESAR GASSER

Ministério das Relações Exteriores

JEAN MARCEL FERNANDES

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

THIAGO CALDEIRA

Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimento

JULIANA RIBEIRO SILVEIRA

Casa Civil da Presidência da República

FELIPE FERNANDES QUEIROZ

Ministério da Infraestrutura

SARAH MENDONÇA

Ministério da Defesa

MARIA LUIZA WITTENBERG

Agência de Promoção das Exportações e
Investimentos do Brasil